

**PROCESSO SELETIVO PRESENCIAL DE ESTAGIÁRIOS (AS) DE NÍVEL SUPERIOR EM DIREITO NA
DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO EM SALVADOR/BA
PROVA OBJETIVA**

CANDIDATO (A): _____

CPF: _____

CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES:

- A prova terá a duração de **04 (quatro) horas – de 09:00h às 13:00h;**
- Este caderno de prova contém **45 (quarenta e cinco) questões objetivas de múltipla escolha**, devendo o(a) candidato(a) assinalar apenas uma alternativa dentre as 04 (quatro) apresentadas;
- O caderno de questões será levado 02 (duas) horas após o início das provas;
- **A prova discursiva será composta de 02 (duas) questões dissertativas com mínimo de 15 (quinze) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas**, abordando os pontos constantes do conteúdo programático no edital.
- Será desconsiderado o fragmento da resposta que ultrapassar as 30 (trinta) linhas estabelecidas.
- Em nenhuma hipótese haverá substituição do Caderno de Respostas por erro de preenchimento do(a) candidato(a).
- Serão anuladas questões com mais de uma alternativa marcadas.
- No caso da prova discursiva o(a) candidato(a) somente poderá utilizar caneta esferográfica de cor preta ou azul, à mão, sendo desconsiderado texto definitivo escrito à lápis.
- Escrever sempre com **letra legível**.
- Será entregue material para rascunho, o qual poderá ser levado pelos candidatos(as) ao final da prova.
- Será eliminado o candidato que for descortês com os demais candidatos ou com os fiscais de prova.
- Nenhuma folha deste caderno poderá ser destacada durante a realização da prova, exceto o rascunho.
- A interpretação das questões faz parte da prova, não podendo haver perguntas e nem apoio dos fiscais da prova.
- Durante a realização da prova não serão permitidas a consulta a qualquer material, a comunicação entre os candidatos e a utilização de aparelhos de comunicação.
- Importante o(a) candidato(a) estar atento ao texto constante no Edital do certame com todas as inform

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 01

São características do Constitucionalismo do Futuro, **EXCETO**:

- a. Verdade.
- b. Normas programáticas de conteúdo social.
- c. Consenso.
- d. Participação.

QUESTÃO 02

Acerca do tema Controle de Constitucionalidade, julgue as assertivas a seguir:

- I. Não é possível opor a cláusula de proteção ao direito adquirido ou ato jurídico perfeito em face da aplicação imediata de normas que tratam de regime monetário, as quais possuem natureza estatutária e institucional, como é a situação daquelas responsáveis por substituir uma moeda por outra.
- II. Não cabe ADPF para declarar a constitucionalidade de dispositivo de lei cuja eficácia já foi exaurida.
- III. É cabível a propositura de ADI em face de lei do Distrito Federal derivada da sua competência legislativa municipal.

Estão **corretas** as seguintes assertivas:

- a. Todas.
- b. Nenhuma.
- c. I e II.
- d. Apenas I.

QUESTÃO 03

Acerca das Disposições Constitucionais previstas no Título “Da Ordem Social”, assinale a alternativa **incorreta**:

- a. O Estado exercerá a função de planejamento das políticas sociais, assegurada, na forma da lei, a participação da sociedade nos processos de formulação, de monitoramento, de controle e de avaliação dessas políticas.
- b. A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de quinze anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País.
- c. Para fins de aposentadoria, será assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social, e destes entre si,

observada a compensação financeira, de acordo com os critérios estabelecidos em lei.

- d. A CF/88 prevê que deverá ser instituído por lei sistema especial de inclusão previdenciária, com alíquotas diferenciadas, para atender aos trabalhadores de baixa renda, inclusive os que se encontram em situação de informalidade, e àqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencentes a famílias de baixa renda.

QUESTÃO 04

Assinale a alternativa **correta**:

- a. Segundo a classificação ontológica de Karl Lowenstein, as constituições Nominalistas podem ser conceituadas como aquelas em que os limites ao poder político, estabelecidos em seu texto, são de fato respeitados na realidade. É, portanto, uma constituição característica de regimes democrático de direito.
- b. Segundo a classificação de José Afonso da Silva, a Constituição possui cinco elementos centrais, dentre os quais os elementos orgânicos podem ser conceituados como aqueles que denunciam a vontade política social e ideológica do Constituinte.
- c. Segundo entendeu o Supremo Tribunal Federal, o preâmbulo possui natureza jurídica de proclamação política e, portanto, não é norma de repetição obrigatória pelos Estados.
- d. As normas constitucionais de eficácia limitada possuem aplicabilidade mediata, indireta e, até que seja editado um ato normativo futuro, não produzem qualquer efeito.

QUESTÃO 05

Segundo o artigo 127 da C/F: “O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”. Partindo desta premissa, tem-se que são funções institucionais do Ministério Público, **exceto**:

- a. Promover, precipuamente, a ação penal pública, na forma da lei.
- b. Promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
- c. Defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.
- d. Requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicando os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;

QUESTÃO 06

São órgãos do Poder Judiciário, EXCETO:

- O Supremo Tribunal Federal e o Conselho Nacional de Justiça
- Os Tribunais e Juízes do Trabalho e os Tribunais e Juízes Eleitorais.
- Os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.
- Os Tribunais de Contas da União e os Tribunais Arbitrais.

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 07

Sobre os Serviços Públicos, assinale a alternativa INCORRETA:

- No Brasil, tem prevalecido a concepção ampla do serviço público.
- Toda e qualquer atividade econômica poderá ser convertida em serviço público pelo constituinte ou pelo legislador.
- Quanto à titularidade federativa, os serviços públicos são classificados em: federais, estaduais, distritais, municipais e comuns.
- Há íntima relação entre os princípios da modicidade das tarifas e da universalidade da prestação do serviço público.

QUESTÃO 08

No Estado do Piauí existe Fundação Pública com personalidade jurídica de direito privado criada por Lei Complementar. Essa fundação é dotada de patrimônio e receitas próprias, autonomia gerencial, orçamentária e financeira para o desempenho da atividade prevista em lei. Ante o exposto, considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o assunto, assinale a alternativa correta:

- É inconstitucional Lei Complementar estadual que prevê a criação de fundação pública de regime privado que adote o regime celetista para o seu pessoal.
- É constitucional Lei Complementar estadual que prevê a criação de fundação pública de regime privado que adote o regime celetista para o seu pessoal.
- A fundação pública de direito privado não poderá adotar o regime celetista para o seu pessoal, tendo em vista ser pessoa jurídica de direito público, sendo beneficiada inclusive pela isenção de custas processuais.

- A fundação pública de direito privado poderá adotar o regime celetista para o seu pessoal, tendo em vista ser pessoa jurídica de direito público, sendo beneficiada inclusive pela isenção de custas processuais.

QUESTÃO 09

Sobre Licitação, assinale a alternativa correta:

- O pregão é a modalidade de licitação utilizada para aquisição de bens e serviços comuns, independentemente do valor estimado do futuro contrato, razão pela qual pode ser utilizado no caso de delegação de serviços públicos.
- Nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem alicitação é dispensada.
- A licitação tem por escopo não somente a seleção, dentro de um mercado no qual exista concorrência entre os licitantes, da proposta mais vantajosa para a Administração Pública que não se funda exclusivamente em critérios econômicos, mas também em outros fatores que devem ser ponderados pela Administração.
- É absolutamente vedada a indicação de marcas nas compras efetuadas pelo Poder Público.

QUESTÃO 10

“A Administração Pública, no exercício do poder de autotutela, pode examinar seus atos e comportamentos no que afeta ao mérito e à legalidade”. Com base nesse enunciado acima, é correto afirmar que:

- A Administração Pública pode revogar seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos.
- A Administração Pública pode anular seus próprios atos sempre que entender conveniente ou oportuno, respeitando o direito adquirido.
- A Administração Pública pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais, salvo se implicarem em direito adquirido.
- A Administração Pública pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos.

QUESTÃO 11

Sobre as espécies de Atos Administrativos, assinale a alternativa que possui a definição correta do ato:

- Atos Normativos: são aqueles que contém um comando geral do executivo, visando a correta aplicação da lei.

- b. **Atos Negociais:** são os que visam disciplinar o funcionamento da Administração e a conduta funcional de seus agentes.
- c. **Atos Enunciativos:** são aqueles que contem uma declaração de vontade do Poder Público coincidentecom a vontade do particular.
- d. **Atos Ordinários:** são os que se limitam a certificar ouatestar um fato.

QUESTÃO 12

Assinale a alternativa correta que apresenta apenas exemplos de Atos Administrativos Normativos:

- a. Resoluções, deliberações e decretos.
- b. Decretos, instruções e licenças.
- c. Deliberações, portarias e certidões.
- d. Homologação, certidões e instruções.

DIREITO CIVIL

QUESTÃO 13

Com relação à Prescrição e à Decadência no Direito Civil, julgue os próximos itens:

I A prescrição representa a perda de um direito que não foi devidamente exercido por seu titular ou sucessor dentro do prazo previsto pelo legislador.

II A renúncia prévia ao prazo prescricional somente será admitida se exercida de forma expressa e por manifestação inequívoca.

III Os prazos prescricionais e decadenciais não correm contra os absolutamente incapazes.

IV De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, as ações de natureza indenizatória que tenham como causa de pedir atos de perseguição política com violação de direitos fundamentais ocorridos durante o regime militar são imprescritíveis.

Estão corretos apenas os itens:

- a. I e II.
- b. II e IV.
- c. III e IV.
- d. I, II e III.

QUESTÃO 14

O princípio da Função Social do Contrato, introduzido no Ordenamento Jurídico Brasileiro pelo Código Civil de 2002, é limitador do princípio contratual:

- a. De autonomia da vontade.
- b. Da boa-fé objetiva.
- c. Da força obrigatória dos contratos.
- d. Da relatividade dos efeitos contratuais.

QUESTÃO 15

Dentre as pessoas jurídicas de direito privado previstas no Código Civil está a fundação, criada com a dotação especial de bens livres, por escritura pública ou testamento. A respeito dessa pessoa jurídica, assinale a alternativa correta:

- a. Caberá ao Ministério Público elaborar o estatuto da entidade, caso o(s) encarregado(s) não o tenha(m) feito após transcorrido o prazo assinado pelo instituidor ou, não havendo prazo, depois de passados cento e oitenta dias.
- b. A fundação poderá constituir-se para atingimento de finalidade lucrativa.
- c. Se a fundação estender sua atividade por mais de um Estado, caberá o encargo, em cada um deles, ao Ministério Público do Distrito Federal e Território.
- d. Incumbe exclusivamente ao órgão do Ministério Público promover a extinção da fundação cuja finalidade tenha se tornado ilícita, incorporando-se o seu patrimônio, salvo disposição em contrário no ato constitutivo, ou no estatuto, em outra fundação, designada pelo juiz, que se proponha a fim igual ou semelhante.

QUESTÃO 16

É correto afirmar sobre as Obrigações:

- a. Nas obrigações alternativas, se todas as opções perecerem, extingue-se a obrigação.
- b. Extingue-se a obrigação de não fazer, desde que, sem culpa do devedor, se lhe torne impossível abster-se do ato, que se obrigou a não praticar.
- c. Nas obrigações alternativas, cabe ao credor a opção de escolha, se outra coisa não se estipulou.
- d. Nas obrigações alternativas, o perecimento de uma delas obrigará o devedor a restituí-la, caso essa seja a escolha do credor.

QUESTÃO 17

Referentes às pessoas naturais, analise as proposições a seguir:

- I. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil as pessoas de 15 (quinze) anos.
- II. Cessará a incapacidade, para os menores, pela colação de grau em curso de ensino superior.
- III. As pessoas viciadas em tóxicos são consideradas pela lei como relativamente incapazes.
- IV. Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico.

Nesse contexto, qual alternativa está correta:

- a. Todas as afirmativas estão corretas.
- b. Todas as afirmativas estão incorretas.
- c. Estão corretas as afirmativas II e III, apenas.
- d. Estão incorretas as afirmativas II e III, apenas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 18

São causas interruptivas da Prescrição, EXCETO:

- a. O despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.
- b. Qualquer ato extrajudicial que constitua em mora o devedor.
- c. O protesto cambial.
- d. Qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor.

QUESTÃO 19

Sobre a Audiência de Conciliação ou de Mediação no procedimento ordinário, assinale a alternativa correta:

- a. Havendo litisconsórcio, o desinteresse na realização da audiência por ao menos um dos litisconsortes afasta a realização da mesma.
- b. O não comparecimento pelo autor na audiência acarreta a extinção do processo sem a resolução do mérito.
- c. O conciliador atuará, preferencialmente, nos casos em que haja vínculo anterior entre as partes.
- d. A audiência não será realizada quando a causa não admitir a autocomposição.

QUESTÃO 20

Sobre a Prescrição, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta:

- I. A prescrição apenas pode ser renunciada, expressa ou tacitamente, após ter sido consumada, desde que não prejudique terceiros.
 - II. O prazo prescricional das ações de indenização por abandono afetivo começa a fluir quando o descendente completar 16 anos.
 - III. Por ser renunciável, a prescrição deve ser alegada na primeira oportunidade em que a parte a quem aproveite se manifestar no processo.
 - IV. A prescrição pode ser conhecida de ofício pelo juiz encerra o processo com julgamento de mérito.
 - V. A prescrição, por ser matéria de ordem pública, não pode ter seus prazos alterados pelas partes.
- a. Estão corretas as alternativas I, II e IV.
 - b. Estão corretas as alternativas I, II e V.

- c. Estão corretas as alternativas III, IV e V.
- d. Estão corretas as alternativas I, IV e V.

QUESTÃO 21

Em geral no processo, se a parte não concordar com a sentença proferida pelo juízo do primeiro grau, contra ela poderá recorrer, interpondo:

- a. Habeas corpus.
- b. Apelação.
- c. Recurso extraordinário.
- d. Recurso em sentido estrito.

QUESTÃO 22

Assinale a opção em que ambos os institutos processuais, tratados como recursos pelo CPC, podem ser utilizados para impugnar decisão interlocutória proferida em primeiro grau pelo magistrado.

- a. Apelação e embargos de declaração.
- b. Agravo de instrumento e agravo interno.
- c. Recurso especial e mandado de segurança.
- d. Agravo retido e ação rescisória.

DIREITO PENAL

QUESTÃO 23

Com relação aos crimes contra a pessoa previstos no Código Penal, é Incorreto afirmar que:

- a. No crime de lesão corporal, independentemente de sua extensão, se o agente comete o delito impellido por motivo de relevante valor social ou moral ou sobo domínio de violenta emoção, logo em seguida injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.
- b. Na hipótese de lesões corporais culposas, o juiz poderá deixar de aplicar a pena, se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária.
- c. A prática de lesão corporal qualificada pelo cometimento no contexto de violência doméstica (art.129, §9º, do CP) pressupõe que o sujeito passivo do delito seja uma pessoa do sexo feminino.
- d. Nos crimes contra a honra, o querelado que, antes da sentença, se retrata cabalmente da injúria, não fica isento de pena.

QUESTÃO 24

Quanto aos crimes contra o Patrimônio, é Incorreto afirmar que:

- a. O princípio da insignificância é aplicável ao crime de receptação, consoante entendimento dos Tribunais Superiores.

- b. Sendo o réu primário e a coisa furtada de pequeno valor, assim considerado aquele inferior ao salário-mínimo ao tempo do fato, o acusado tem direito subjetivo ao reconhecimento do privilégio (art. 155, §2º, do CP), não configurando mera faculdade do julgador a sua concessão, embora o dispositivo legal empregue o verbo "poder".
- c. A imunidade patrimonial absoluta não pode ser aplicada ao crime praticado contra padrasto, não havendo sua equiparação com o ascendente para fim de isenção da pena.
- d. De acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, a causa de aumento de pena do repouso noturno (art. 155, §1º do CP) se aplica às hipóteses de furto qualificado, podendo ser afastada, contudo, nas situações em que não houver efetiva redução da vulnerabilidade da vítima, como no caso de residências desabitadas.

QUESTÃO 25

Sobre os crimes contra a Administração Pública, é correto afirmar que:

- a. A falsa imputação de infrações disciplinares do Estatuto da Advocacia não enseja a configuração, em tese, do delito de denúncia caluniosa.
- b. Configura denúncia caluniosa dar causa à investigação policial, à abertura de procedimento investigatório criminal, de processo judicial, de processo administrativo disciplinar, de inquérito civil ou de ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime, infração ético-disciplinar ou ato ímprobo de que o sabe inocente.
- c. Falso testemunho é crime formal, não exigindo potencialidade lesiva das declarações prestadas.
- d. O delito de favorecimento pessoal, para restar configurado, exige que o agente auxilie a subtrair-se à ação de autoridade pública autor de crime a que é cominada pena de reclusão.

QUESTÃO 26

Quanto aos crimes dolosos contra a vida que devem ser julgados pelo Júri Popular, assinale a assertiva correta:

- a. São da competência do Tribunal do Júri os crimes de homicídio doloso; aborto; auxílio, instigação ou induzimento ao suicídio; e lesão corporal seguida de morte.
- b. São da competência do Tribunal do Júri os crimes de homicídio doloso; aborto; auxílio, instigação ou induzimento ao suicídio; e latrocínio.
- c. É possível que o homicídio seja ao mesmo tempo qualificado e privilegiado, desde que a qualificadora seja

de ordem objetiva.

- d. A natureza jurídica do feminicídio é de causa de aumento de pena.

QUESTÃO 27

Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumir-se o crime.

A assertiva caracteriza o(s) instituto(s):

- a. Da tentativa branca.
- b. Do crime consumado.
- c. De causa de exclusão da tipicidade.
- d. Da agravação pelo resultado.

QUESTÃO 28

Marque a alternativa CORRETA sobre a pena de morte no Brasil:

- a. No Brasil poderá haver pena de morte nos casos de guerra declarada.
- b. Para uma melhor ressocialização do detento, é permitido a pena de trabalho ainda que forçado.
- c. A pena de banimento somente é autorizada em casos de crimes hediondos.
- d. Existe a possibilidade de pena de caráter perpétuo, desde que o apenado tenha mais de 50 anos de idade e sua pena seja superior a 60 anos.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÃO 29

Em relação à aplicação da Lei Processual Penal e aos Sistemas Processuais, à Denúncia e à Queixa-Crime, assinale a assertiva correta:

- a. Situação hipotética: Carlos está sendo processado pela prática do crime de roubo e é editada nova lei, que altera o procedimento para apuração deste crime. Assertiva: A nova lei somente pode ser aplicada ao processo em curso se mais benéfica ao acusado.
- b. Situação hipotética: Pedro ajuizou queixa-crime em face de Jonas, que foi recebida pelo juízo federal. Ocorre que verificou o juízo ser absolutamente incompetente para a demanda, enviando os autos ao juízo estadual. Assertiva: A decisão de recebimento da denúncia pelo juízo federal interrompeu a prescrição;
- c. Em caso de lei de conteúdo penal e processual, é possível a aplicação apenas de uma parte da lei, mas benéfica, inaplicando a outra parte, prejudicial.
- d. Situação hipotética: Mário está sendo processado pela prática de crime tributário. Na denúncia, o órgão do Ministério Público justifica a imputação do



crime em face da condição de Mário como sócio da empresa, não descrevendo de forma individualizada, minimamente, o que Mário praticou, ao argumento de impossibilidade. Assertiva: Neste caso, a denúncia é inepta, por se assemelhar ao que a doutrina e jurisprudência denomina de denúncia genérica.

QUESTÃO 30

Sobre o Inquérito Policial e outras formas de investigação, é correto afirmar que:

- O arquivamento implícito do Inquérito Policial tem ampla aceitação na jurisprudência do STJ e do STF.
- Situação hipotética: O Ministério Público Estadual recebe inquérito que investiga Paulo e João pelo crime de furto a um particular ocorrido dentro da agência da Caixa Econômica Federal. Entendendo não ser caso de competência da Justiça Estadual, requer ao magistrado o envio dos autos à Justiça Federal. Neste caso, temos o que a doutrina denomina de arquivamento indireto, devendo o juiz, discordando do pedido do Ministério Público, prosseguir com o feito;
- É amplamente aceita na doutrina e jurisprudência a possibilidade de aplicação do princípio da insignificância no âmbito do inquérito policial, por meio de decisão fundamentada da autoridade policial.
- Situação hipotética: Suponha que Guerrero esteja sendo investigado pela prática de crime de furto, constando nos autos do inquérito informações robustas de que o bem supostamente subtraído é de sua propriedade. Assertiva: Poderá Guerrero se valer do instrumento do Habeas Corpus, com o fim de trancar o inquérito policial, em que pese ainda não finalizado.

QUESTÃO 31

João estava sendo investigado pelo delito de Homicídio Qualificado. No curso do Inquérito Policial foi decretada sua prisão preventiva, mediante representação da autoridade policial. Diante da demora na conclusão das investigações, a defesa requereu o relaxamento da prisão, em razão do excesso de prazo, o que foi deferido pelo juiz, que concedeu liberdade provisória a João, substituindo a prisão pelas medidas cautelares de comparecimento periódico em juízo e proibição de se ausentar da comarca sem autorização judicial. Concluído o inquérito, o Ministério Público ofereceu a denúncia, que foi recebida. João não foi encontrado em seu endereço domiciliar para ser citado, razão pela qual se determinou sua citação por edital. Após a citação por

edital, João não compareceu, nem constituiu advogado. Levando em conta a situação acima, julgue os itens a seguir, de acordo com o Código de Processo Penal e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

- O juiz deverá suspender o processo, ficando suspensos também o curso do prazo prescricional, por prazo ilimitado.
- O juiz poderá determinar a produção antecipada de provas, em decisão concretamente fundamentada, não a justificando unicamente o mero decurso do tempo.
- Caso haja testemunhas arroladas na denúncia que sejam policiais, o juiz não poderá determinar a antecipação da colheita dessa prova testemunhal com base apenas no argumento de que as peculiaridades do fato podem se perder em sua memória, considerando que o agente de segurança está exposto diariamente a situações semelhantes.
- Havendo pedido da acusação, o juiz não poderá decretar novamente a prisão preventiva de João, por já ter sido a medida imposta anteriormente.
Está(ão) correto(s) apenas o(s) item(ns):
 - I e II.
 - II e III.
 - II, III e IV.
 - II.

QUESTÃO 32

De acordo com o Código de Processo Penal, analisar a sentença abaixo:

Na Ação Penal Pública condicionada, a representação admite retratação, mas somente até o oferecimento da denúncia (1ª parte).

Na Ação Penal Pública condicionada, não se admite a retratação da retratação (2ª parte).

Caso ajuizada a ação penal sem a representação, essa nulidade processual pode ser sanada posteriormente, caso a vítima a apresente em juízo e desde que realizada dentro do prazo de 06 (seis) meses que a vítima possui para representar, nos termos da Lei (3ª parte).

A sentença está:

- Totalmente correta.
- Totalmente incorreta.
- Correta somente em sua 1ª parte.
- Correta somente em suas 1ª e 3ª partes.

QUESTÃO 33

Sobre os recursos no processo penal, é correto afirmar:

- O prazo para interposição do recurso de apelação é de 15 (quinze) dias.

- b. Em geral, o prazo para interposição do Recurso em Sentido estrito é de 05 (cinco) dias.
- c. Não cabe apelação das sentenças definitivas de condenação.
- d. O Recurso em Sentido Estrito possui efeito devolutivo amplo.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

QUESTÃO 34

Com relação aos beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado, nos termos da Lei nº 8.213/1991, é correto afirmar que:

- a. Não pode ser considerado como dependente para os fins de obtenção de benefício previdenciário o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave.
- b. O enteado e o menor tutelado equiparam-se a filho e dispensam a comprovação da dependência econômica, bastando, para essa finalidade, a declaração escrita de próprio punho do segurado.
- c. A companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos são exemplos de dependentes presumidos, que dispensam prova da dependência econômica.
- d. As provas de união estável e de dependência econômica exigem início de prova material contemporânea dos fatos, sendo admitida, porém, a prova exclusivamente testemunhal quando não houver provas documentais.

QUESTÃO 35

Considerando a seguridade social no Brasil e os princípios constitucionais, assinale a opção correta:

- a. A seguridade social, parte integrante da ordem social, compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da Sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência, à assistência social e ao trabalho.
- b. A saúde é considerada um subsistema da seguridade social no Brasil. Como política pública existente há o fornecimento de medicamentos. Segundo o STF, o Estado não pode ser obrigado a fornecer medicamentos experimentais.
- c. Apesar de ser regida pelo princípio da universalidade da cobertura e do atendimento, a seguridade social só é acessível a brasileiros natos ou naturalizados, inclusive o STF negou o pedido de uma estrangeira ao benefício assistencial ao idoso no RE 587.970/SP.
- d. A seguridade social rege-se pelo princípio da

seletividade e da distributividade na prestação dos benefícios, em que há a necessidade de se selecionar as prioridades e escolher os critérios de escolha. No caso do auxílio por incapacidade temporária, o legislador escolheu a incapacidade como contingência a ser coberta, devendo o segurado preencher os requisitos para a concessão do benefício. A distributividade está associada à distribuição de renda e bem-estar social. Trata-se de objetivo aplicável apenas à previdência social.

QUESTÃO 36

No Regime Geral de Previdência Social (RGPS), o trabalhador que presta serviço de natureza urbana, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego, é um segurado:

- a. Facultativo.
- b. Contribuinte individual.
- c. Autônomo.
- d. Empregado.

QUESTÃO 37

João, profissional autônomo regularmente filiado ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), está em gozo de auxílio-doença desde junho de 2021. Maria, empregada doméstica, está desempregada desde abril de 2020.

Pedro é professor empregado, mas está licenciado sem remuneração desde maio de 2020.

Julia é empregada e está em gozo de auxílio-acidente desde fevereiro de 2020.

Sérgio é tenente da Força Aérea Brasileira (FAB) há 06 meses.

Todos verteram 100 contribuições para o RGPS.

À luz dessas informações, assinale a opção correta.

Alternativas:

- a. Sérgio mantém a qualidade de segurado até 6 meses após o seu ingresso na FAB.
- b. João mantém a qualidade de segurado independentemente do prazo em que esteja no gozo de auxílio-doença.
- c. Maria mantém a qualidade de segurada por 24 meses, prorrogáveis por mais 12 meses.
- d. Julia mantém a qualidade de segurada enquanto estiver em gozo de auxílio-acidente.

DEFENSORIA PÚBLICA

QUESTÃO 38

Assinale a opção que apresenta o princípio

constitucional que se aplica diretamente à carreira de Defensoria Pública.

- a. Livre exercício da ação penal
- b. Independência
- c. Vitaliciedade
- d. Irrecusabilidade

QUESTÃO 39

Inclui-se, entre os direitos dos assistidos da Defensoria Pública expressamente previstos na Lei Complementar nº 80/1994:

- a. O patrocínio de seus direitos e interesses pelo defensor de sua escolha, desde que em exercício na circunscrição da causa.
- b. Ser atendido na unidade da Defensoria Pública mais próxima de sua residência.
- c. Receber assistência jurídica pela Defensoria Pública Estadual em matéria afeta à Defensoria Pública da União onde essa última não estiver instalada.
- d. A atuação de Defensores Públicos distintos, quando verificada a existência de interesses antagônicos ou colidentes entre destinatários de suas funções.

QUESTÃO 40

Nos termos da Lei Complementar Federal n.º 80/1994 e da Lei Complementar Estadual n.º 55/2009, constitui direito dos assistidos da Defensoria Pública:

- a. Participar, com direito a voz, do Conselho Superior da DP/TO.
- b. Obter informação acerca da atuação de defensores públicos distintos, em qualquer situação.
- c. O patrocínio de seus direitos e interesses pelo defensor natural.
- d. A participação na sugestão das diretrizes institucionais da Defensoria Pública e no acompanhamento das ações e projetos desenvolvidos pela Instituição, com vistas ao aperfeiçoamento do acesso à justiça.

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÃO 41

Marque a alternativa em que a concordância se fez de forma correta:

- a. Haviam dias em que ficávamos esperando por vocês.
- b. Houveram momentos que pensei em desistir, mas não desisti.
- c. Faziam três horas que a prova havia começado, então os candidatos começaram a sair.
- d. Não fazia dias frios naquela região.

QUESTÃO 42

Recebem acento pelo mesmo motivo as palavras da alternativa abaixo:

- a. Série, média, anúncio.
- b. Científica, precária, distópica.
- c. Lâmpadas, aparência, anúncio.
- d. Anúncio, após, área.

QUESTÃO 43

Das alternativas abaixo, todas apresentam erro de grafia em pelo menos uma das palavras, exceto:

- a. A tijela estava transbordando.
- b. Por ora não vamos sair dessa casa.
- c. A sombrancelha da menina ficou estranha.
- d. O jantar beneficiante foi ontem à noite

QUESTÃO 44

Analise as alternativas e marque a opção em que não se faz necessária correção ortográfica:

- a. O assunto é delicado: vou precisar de sua discricção.
- b. No xadrez, começa-se movendo o pião.
- c. O norte é o ponto cardial que irá lhe orientar.
- d. Os temperos estão na dispensa.

QUESTÃO 45

Leia e analise a opção correta: Na frase “[...] *eu possa telefonar às duas da noite [...]*”, há o emprego do fenômeno linguístico conhecido como crase. Assinale, a seguir, a alternativa em que a crase está INDEVIDAMENTE inserida.

- a. Não preciso dar satisfações à ele.
- b. Saímos à tarde.
- c. Temos horário às 16 horas.
- d. Vamos à loja para comprar roupas.

INSTRUÇÕES PARA A PROVA DISCURSIVA:

Para o desenvolvimento do tema, o candidato deve observar as seguintes diretrizes:

- ✓ **A prova discursiva apresentará 02 (duas) questões a serem dissertadas;**
- ✓ A resposta do candidato deve ser escrita à mão, de caneta esferográfica azul ou preta;
- ✓ Serão avaliados além do raciocínio jurídico, quando couber, os seguintes critérios de redação: correção gramatical, clareza, coesão e concisão, bem como a capacidade de argumentação;
- ✓ O candidato deve desenvolver sua resposta obedecendo os limites mínimo de 15 (quinze) e máximo de 30 (trinta) linhas.
- ✓ Será desconsiderado o fragmento da resposta que ultrapassar as 30 (trinta) linhas estabelecidas;
- ✓ Será entregue a Folha de Resposta Rascunho, o qual poderá ser levado pelos candidatos ao final da prova;
- ✓ Anexo, segue a Folha de Resposta Definitiva para resposta do candidato. **Somente a resposta da Folha Definitiva será considerada** pela Banca Examinadora para a correção;
- ✓ O/A candidato/a não deve escrever seu nome, nem desenhar, nem, de nenhum modo, inserir qualquer informação de identificação em sua Redação, além do seu número de CPF, sob pena de desclassificação.

Questão 01):

Discorra sobre Princípios e, em seguida, disserte sobre os Princípios da Proporcionalidade e da Supremacia do Interesse Público sobre o Privado;

Questão 02):

Discorra acerca do Controle de Constitucionalidade, diferenciando as modalidades Difusa e Concentrada, citando genericamente os controles de constitucionalidade Concreto e Abstrato. Aborde o tema da Modulação dos Efeitos das decisões em Controle de Constitucionalidade de forma sucinta.